

Dívida terá alongamento voluntário

■ Operação, sem confisco ou congelamento, aumentará a confiança no governo

MARIA LUIZA ABBOTT

BRASILIA — A troca dos papéis da dívida pública por outros títulos vinculados às reservas cambiais será voluntária e dentro de um programa de estabilização que começa a ser anunciado dentro de 90 ou 100 dias. “O plano tem que partir de um aumento da credibilidade, por isso não existe lógica em fazer qualquer proposta de confisco ou congelamento, que teriam efeito contrário a essa credibilidade”, afirmou uma alta fonte do governo. “Na questão da dívida serão alternativas voluntárias, para que o mercado se acomode espontaneamente”, explicou.

O total da dívida pública federal chega a US\$ 118,06 bilhões, de acordo com o último levantamento do governo. Desse montante, existem US\$ 14,6 bilhões em títulos do Tesouro, que estão em poder do público, e outros US\$ 21,18 bilhões do Banco Central, em circulação no mercado. Na avaliação da equipe do ministro da Fazenda, Paulo Haddad, esse estoque é modesto se comparado com as dívidas de outros países. No entanto, a rolagem desses papéis deverá custar mais de US\$ 6 bilhões — mais do que será arrecadado com Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira este ano — somente para pagamento dos juros em 1993. “É um custo excessivo, provocado pela baixa credibilidade do setor público”, disse o funcionário, para justi-

ficar a necessidade de medidas que aumentem a confiança no governo.

Sem pacotes — A proposta do ministro é preparar um plano de estabilização com o lançamento gradual de medidas, para evitar os sobressaltos da cultura dos pacotes, segundo um integrante da equipe de Haddad. “Todas as medidas farão parte de um programa com consistência econômica interna para aumentar a racionalidade da gestão econômica”, afirmou. Os estudos para esse plano ainda estão sendo feitos pela equipe técnica, a pedido do ministro, que ainda não avaliou qualquer das alternativas.

Entre as propostas para alongamento voluntário dos prazos de vencimento da dívida interna os técnicos afastam a sugestão do senador Albano Franco (PRN-SE), de usar as reservas como garantia integral para os novos papéis — permitir que os títulos sejam trocados por ouro ou dólar caso o governo não honre o pagamento no resgate. A idéia mais provável é a que defende o uso das reservas para compra de bônus do Tesouro americano, que serviriam de lastro para os novos papéis. Os bônus têm a garantia da liquidez no mercado internacional e, com isso, os aplicadores teriam a certeza de que receberiam os cruzeiros equivalentes ao valor do investimento.